



Treaty Series No. 76 (1953)

Exchange of Notes

between the Government of the United Kingdom of Great Britain
and Northern Ireland and the Government of
the United States of Brazil

for the settlement of Brazilian Commercial
Arrears with the United Kingdom

Rio de Janeiro, October 1, 1953

*Presented by the Secretary of State for Foreign Affairs to Parliament
by Command of Her Majesty
October 1953*

LONDON
HER MAJESTY'S STATIONERY OFFICE
FOURPENCE NET

Cmd. 8978

**EXCHANGE OF NOTES BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE
UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN
IRELAND AND THE GOVERNMENT OF THE UNITED
STATES OF BRAZIL FOR THE SETTLEMENT OF BRAZILIAN
COMMERCIAL ARREARS WITH THE UNITED KINGDOM**

Rio de Janeiro, October 1, 1953

No. 1

*The Brazilian Minister of State for Foreign Affairs to Her Majesty's
Ambassador at Rio de Janeiro*

Rio de Janeiro,

Senhor Embaixador,

Em 1º de outubro de 1953.

Tenho a honra de me referir às discussões realizadas entre representantes do Governo dos Estados Unidos do Brasil (a que este documento se referirá doravante como Governo do Brasil) e do Governo de Sua Majestade Britânica, sobre a questão dos atrasados comerciais brasileiros para com o Reino Unido. Segundo entendo, o acôrdo alcançado foi o seguinte:

I.—A expressão "credor do Reino Unido" significa uma pessoa física ou jurídica residente no Reino Unido ou em um território cujas relações internacionais estejam sob a responsabilidade do Reino Unido. A expressão "atrasado comercial" significa uma dívida comercial do Governo do Brasil ou uma dívida comercial em relação à qual um pedido de cobertura em esterlinas, feito por uma pessoa física ou jurídica residente no Brasil, tenha sido aprovado antes da data de hoje pela Fiscalização Bancária do Banco do Brasil.

II.—O Governo do Brasil se compromete a solicitar ao Fundo Monetário Internacional recursos que permitam uma remessa inicial de 10.000.000 de libras relativa aos atrasados comerciais de credores do Reino Unido. Fica entendido que o Governo de Sua Majestade, caso necessário, apoiará essa solicitação.

III.—O Governo do Brasil fornecerá cobertura para remessa de uma soma não inferior a 6.000.000 de libras, no transcurso de cada ano, a contar da presente data, referente aos atrasados comerciais devidos aos credores do Reino Unido. Caso necessário, o Governo do Brasil mobilizará recursos de outras fontes a fim de manter essa remessa mínima. Na eventualidade de sua receita bruta em libras esterlinas, tal como definida abaixo no parágrafo (4), exceder 35.000.000 de libras, durante o período de doze meses a começar a 1º de outubro de 1953 ou em outro subsequente período de doze meses, o Governo do Brasil, (dentro do prazo máximo de três meses, a contar do fim de cada um desses períodos) fornecerá cobertura para uma remessa adicional em esterlinos, relativa aos atrasados comerciais devidos a credores do Reino Unido, calculada na forma seguinte:

10%	sobre o que excede de £35 milhões até £45 milhões.
30%	" " " " £45 milhões até £50 milhões.
50%	" " " " £50 milhões até £60 milhões.
100%	" " " " £60 milhões.

As remessas continuarão até que todos os atrasados comerciais devidos a credores do Reino Unido sejam totalmente saldados, à taxa oficial de câmbio para a libra esterlina, em vigor a 31 de julho de 1953.

1049

IV.—Para os fins dêste Acôrdo, entende-se como “ renda bruta em esterlinos ” o total:

- (a) da renda bruta em esterlinos que o Brasil obtiver no Reino Unido e nos territórios por cujas relações internacionais o Reino Unido seja responsável, oriundos de exportações visíveis, (FOB) (inclusive mercadorias compradas por comerciantes do Reino Unido, para revenda a outros países), exportações invisíveis e
- (b) dos saldos líquidos do Brasil em esterlinos, se os houver, com países (inclusive países da área esterlina além dos acima mencionados), com os quais o Brasil não tenha Acôrdo de Pagamentos.

O total de (a) será arredondado para o milhão de libras mais próximo e certificado pelo Banco da Inglaterra e pelo Banco do Brasil; o total de (b) para o milhão de libras mais próximo, declarado pelo Banco da Inglaterra e aprovado pelo Banco do Brasil.

V.—O Governo do Brasil pagará individualmente a cada credor do Reino Unido juros sobre a soma devida em esterlinos, calculados a uma taxa de 3½% ao ano, a contar da data de hoje até a data da competente remessa de fundos para liquidação de cada dívida.

VI.—O Governo do Brasil autorizará o pagamento, em esterlinos, de petróleo e derivados, comprados a companhias de petróleo do Reino Unido, numa média mensal de 1½ milhões de libras, de modo a não exceder o total anual de 15 milhões de libras. As compras feitas às companhias de petróleo do Reino Unido, que ultrapassem esta total, serão pagas em outras moedas aceitáveis pelas referidas companhias.

VII.—Dentro de dois meses, a contar da data de hoje, o Governo do Brasil enviará representantes a Londres, para o fim de acertar os métodos de implementação do acôrdo acima referido.

2. Caso Vossa Excelência concorde, proponho que a presente nota, juntamente com a de Vossa Excelência, de igual teor, desta mesma data, constituam um Acôrdo entre os nossos Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito, etc.

VICENTE RAO.

(Translation)
Mr. Ambassador,

Rio de Janeiro,
October 1, 1953.

I have the honour to refer to the discussions which have taken place between representatives of the Government of the United States of Brazil (to which this document will refer hereinafter as the Government of Brazil) and the Government of Her Britannic Majesty, on the question of Brazilian commercial arrears with the United Kingdom. According to my understanding the agreement reached was the following:—

I.—The term “United Kingdom creditor” means a person or corporation resident in the United Kingdom, or a territory for the international relations of which the United Kingdom is responsible. The term “outstanding commercial debt” is a commercial debt owed by the Government of Brazil, or a commercial debt in respect of which an application for sterling by a person or corporation resident in Brazil has been approved before to-day’s date by the Banking Fiscalisation Department of the Bank of Brazil.

II.—The Government of Brazil undertake to apply to the International Monetary Fund for resources which will enable them to provide cover for an initial remittance of £10 million sterling in respect of outstanding commercial debts to United Kingdom creditors. It is understood that if necessary Her Majesty's Government in the United Kingdom will support this application.

III.—The Government of Brazil will provide cover for the remittance of a total of not less than £6 million sterling in the course of each year, reckoned from to-day's date, in respect of outstanding commercial debts to United Kingdom creditors. Should it be necessary, the Government of Brazil will mobilise resources from other sources in order to maintain these minimum remittances. Should Brazil's gross sterling earnings, as defined in paragraph (IV) below, exceed 35 million for the period of twelve calendar months from October 1, 1953, or in any period of twelve calendar months thereafter, the Government of Brazil will (not later than three months after the end of such period) supply cover in respect of outstanding commercial debts to United Kingdom creditors, for an additional remittance in sterling calculated as follows:—

10%	of the excess from £35 million—£45 million.
30%	" " " £45 million—£50 million.
50%	" " " £50 million—£60 million;
100%	" " over £60 million.

Payments will continue until all outstanding commercial debts due to United Kingdom creditors are re-paid in full at the official rate of exchange for the £ sterling ruling on July 31, 1953.

IV.—For purposes of this Agreement "gross sterling earnings" shall be understood to mean the sum of:—

- (a) Brazil's gross sterling earnings from the United Kingdom and territories for the international relations of which the United Kingdom is responsible, arising from visible (f.o.b.) exports (including goods purchased by United Kingdom merchants, for re-sale to other countries) and invisible exports, and
- (b) Brazil's net sterling earnings, if any, from countries (including countries of the sterling area other than those mentioned above) with which Brazil has no Payments Agreement.

The total of (a) to be rounded off to the nearest million pounds, and certified by the Bank of England and the Bank of Brazil; the total of (b) to the nearest million pounds to be declared by the Bank of England and approved by the Bank of Brazil.

V.—The Government of Brazil will effect payment individually to each United Kingdom creditor of interest on the sterling amount due, calculated at a rate of 3½ per cent. per annum, from to-day's date until the date of the respective remittance of funds for the discharge of each debt.

VI.—The Government of Brazil will authorise payment in sterling for petroleum and derivatives purchased from United Kingdom oil companies to the average monthly level of £1½ million, so as not to exceed an annual total of £15 million. Purchases in excess of this total from United Kingdom oil companies will be paid for in other currencies acceptable to the companies.

VII.—Within two months from to-day's date the Government of Brazil will send representatives to London to agree upon the method of implementing the arrangements referred to above.

1051

2. Should your Excellency agree, I propose that the present Note, together with that of your Excellency, of the same tenor, of this same date, shall constitute an Agreement between our Governments, which shall become effective to-day.

I take, &c.

VICENTE RAO.

No. 2

Her Majesty's Ambassador at Rio de Janeiro to the Brazilian Minister of State for Foreign Affairs

British Embassy,

Rio de Janeiro, October 1, 1953.

Your Excellency,

I have the honour to acknowledge the receipt of your Note of to-day's date, referring to the discussions which have taken place between representatives of the Government of the United States of Brazil (hereinafter referred to as the Government of Brazil) and of Her Majesty's Government in the United Kingdom on the subject of outstanding commercial debts due from Brazil to the United Kingdom, and to inform your Excellency that my understanding of the agreement which has been reached is, as is stated in your Excellency's Note, as follows:—

[As in paragraphs I-VII of translation of No. 1.]

2. The foregoing proposals are acceptable to Her Majesty's Government in the United Kingdom and I therefore agree with your Excellency's suggestion that your Note under acknowledgment, together with this reply in similar tenor and of the same date, shall constitute an agreement between our Governments which shall become effective to-day.

I avail, &c.

G. H. THOMPSON.

PRINTED AND PUBLISHED BY HER MAJESTY'S STATIONERY OFFICE

To be purchased from

York House, Kingsway, LONDON, W.C.2 423 Oxford Street, LONDON, W.1

P.O. Box 569, LONDON, S.E.1

13a Castle Street, EDINBURGH, 2 1 St. Andrew's Crescent, CARDIFF

39 King Street, MANCHESTER, 2 Tower Lane, BRISTOL, 1

2 Edmund Street, BIRMINGHAM, 3 80 Chichester Street, BELFAST

or from any Bookseller

1953

Price 4d. net

PRINTED IN GREAT BRITAIN